



**Campanha Salarial Unificada  
dos Servidores Federais - 2012**

# Boletim CNTSS

Nº 01 | Junho 2012



## EDITORIAL

# CNTSS convoca mobilização dos sindicatos filiados

No dia 4 de junho, durante a Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais, a Direção da CNTSS reafirmou sua disposição de luta pela reestruturação das diversas carreiras do setor público, implantação da data base e política salarial que recomponha as perdas salariais.

Na ocasião, um calendário de mobilização foi aprovado rumo à construção da greve nacional da categoria. Vale lembrar que a confederação compõe o Comando da Campanha Nacional, juntamente com mais 30 entidades nacionais e que, até o momento, nenhuma proposta concreta foi apresentada pelo Governo às entidades representativas dos servidores.

Em reunião com a Secretaria de Relações do Trabalho (SRT), no Ministério do Planejamento, os representantes das entidades informaram ao Governo que a greve vem sendo encarada pela categoria como uma necessidade, na medida em que nenhuma proposta foi apresentada visando avançar no diálogo. Os representantes do Ministério do Planejamento afirmaram estar dispostos a continuar buscando avanços nos processos de negociação de forma efetiva.

Frente às dificuldades de conseguir as respostas que os servidores tanto esperam, a CNTSS conclama os sindicatos e cada companheiro nos locais de trabalho do Ministério da Saúde; da Previdência; Trabalho e Emprego; INSS; Anvisa; Denasus; Funasa; Nems e dos servido-

res cedidos aos estados e municípios a fortalecer nossa Campanha. Os resultados concretos só virão com a nossa mobilização e unidade. Mais do que nunca, é importante assegurar a participação nas atividades convocadas que integram a Campanha Salarial 2012 em defesa dos servidores e serviços públicos.

Estamos vivendo momentos decisivos e determinantes para definir os rumos da luta. Nos últimos dias, o indicativo de greve geral vem ganhando força na base da CNTSS, bem como entre os diversos setores da Administração Pública Federal. As assembleias gerais e as caravanas nos diferentes estados; a Marcha Nacional dos Servidores Públicos Federais a Brasília, dentre outras atividades fortaleceram a Campanha Nacional da categoria.

As negociações específicas se arrastam nas diversas Mesas Setoriais, GT do Seguro Social, Saúde, Anvisa, CPST sem qualquer avanço. Mais uma vez, o Governo argumenta colocando as justificativas na crise internacional, as preocupações com o baixo crescimento do PIB, a alta do dólar e a queda da arrecadação.

Diante desse quadro, a CNTSS deliberou um calendário nacional de atividades, com o objetivo de orientar os sindicatos nos estados à construção da greve na sua base. Com esse objetivo, conclamamos a categoria para discutir nos seus estados a adesão à greve nacional, na base da CNTSS, a partir de 13 de julho de 2012.

## **Calendário de Mobilização**

**> Propomos que os sindicatos estaduais realizem reuniões por locais de trabalho e discutam a Campanha Nacional Salarial Unificada e as agendas setoriais;**

**> Orientamos que até o dia 1º de julho de 2012 os sindicatos realizem assembleias gerais para discutir o indicativo de adesão à greve geral nos estados a partir de 13 de julho de 2012;**

**> Convocamos os sindicatos filiados a participarem no dia 3 de julho de 2012 de uma Plenária Nacional, em Brasília, para conhecer a posição da base da CNTSS.**

## 15 mil servidores marcham rumo à greve

Greve foi a palavra de ordem que os 15 mil servidores falaram durante o movimento. A Marcha pela Esplanada dos Ministérios, em Brasília, deu o seu recado. Representantes de vários movimentos sociais compareceram ao evento, apoiando a mobilização nacional dos servidores públicos federais.

De Norte a Sul do país, os companheiros vieram somar e protestar contra a intransigência do governo. A manifestação mostrou que a categoria está realmente mobilizada e disposta a lutar pelo atendimento de suas reivindicações, que são pela reestruturação de carreira, buscando reposição inflacionária e a correção de distorções salariais.

Conseguimos chamar a



**Caravanas de diversos estados participaram da manifestação**

atenção do governo para a importância da apresentação de propostas concretas aos trabalhadores. O movimento demonstrou serenidade e firmeza, tanto que representantes de 31 entidades nacionais que compõem a Campanha Salarial 2012 realizaram uma plenária conjunta, onde foi aprovada por unanimidade greve geral.

A Marcha forçou o governo a receber representantes das entidades nacionais. O secretá-

rio adjunto do Ministério do Planejamento, Valter Correia, foi quem ouviu a exposição das entidades, que relataram as dificuldades dos servidores em obter a apresentação de uma proposta concreta do governo. Mesmo depois de oito reuniões na Secretaria de Relações do Trabalho (SRT), isso ainda não aconteceu.

Correia informou que se o representante da Secretaria de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça, ainda não apresen-

tou o mérito das propostas no processo de negociação, ele terá uma conversa para verificar os motivos. Reforçou também que Mendonça tem autonomia e autoridade para negociar com a categoria.

Companheiros, não houve avanço, só enrolação. Chega de descaso! No entendimento da CNTSS/CUT e sindicatos filiados, a ordem é construir uma greve coesa, para que a luta seja vertente e embasada nas nossas reivindicações.

## Entidades dos servidores públicos lutam contra aumento abusivo na Geap

No dia 29 de março, o Conselho Deliberativo da Geap (Condel) aprovou a Resolução nº 616, estabelecendo novos valores de contribuição dos planos da Fundação. A CNTSS discordou do aumento abusivo deste novo modelo.

Conforme anunciado, o custeio do Geap Referência, Geap Essencial, Geap Clássico, Geap Saúde e Geap Saúde II para o pensionista, titular e seus dependentes no ano de 2012 será de acordo com as faixas etárias e as faixas de remuneração dos titulares e faixa etária dos dependentes, por beneficiário inscrito.

No dia 18 de maio, em Brasília, aconteceu uma reunião da CNTSS, onde foi destacada a baixa qualidade do atendimento oferecido pela Geap. Além disso foi debatido o impacto da discussão do custeio nos empregados da Fundação; a responsabilização da Direx na situação atual da Geap; a falta de aumento do *per capita* do

Governo; a ação do STF e a expulsão dos beneficiários em função do aumento dos planos.

Os beneficiários só começam a pagar os novos valores caso as patrocinadoras assinem o novo convênio com a Geap. Diante dessa mudança, a CNTSS solicitou às patrocinadoras (Ministério da Saúde; Previdência; Trabalho e Emprego e INSS) que a celebração dos contratos/convênios, dentro do custeio da Geap, fosse adiada para discussão.

No dia 30 de maio, as entidades se reuniram com a secretária adjunta do MPOG, Marcela Tapajós, e com o diretor do Departamento de Políticas de Saúde, Previdência e Benefícios do Servidor, Sérgio Carneiro, para relatar as dificuldades sofridas pelos servidores com a mudança de custeio na Geap.

Carneiro informou que o governo está realizando estudos e dialogando com os

ministros do Tribunal de Contas da União sobre os acordãos que têm criado impedimentos na Geap. Na ocasião, foi relatada a possibilidade de celebrar um convênio guarda-chuva, através do MPOG, e reajustar o valor da contribuição do governo para as faixas etárias mais elevadas.

Uma audiência pública sobre o tema já foi solicitada na Câmara dos Deputados, para a deputada Érika Kokay (PT), membro das Comissões de Direitos Humanos e de Seguridade Social e Família. Além disso, um escritório jurídico foi contratado pela CNTSS para analisar as demandas dos servidores contra o aumento abusivo dos planos de saúde da Geap. Está sendo organizada também uma mobilização das entidades nacionais de representação dos trabalhadores para solicitar adiamento na celebração dos contratos/convênios dentro do novo custeio da Geap.

### Avaliação da CNTSS

Sem uma política de recomposição das tabelas salariais e sem respostas às questões relativas à Carreira, o Governo aumentou abusivamente a contribuição dos servidores para o plano de saúde. Isso é preocupante, pois não existe planejamento de melhoria na prestação do serviço. Pelo contrário, continua aumentando a desorganização e a baixa qualidade no atendimento aos beneficiários do plano de saúde.

A CNTSS está depositando todas as suas forças em um diálogo propositivo com o governo por acreditar que, desta forma, existe uma grande chance das negociações avançarem, assim como aumentar o valor *per capita* da parte do governo; elaborar um plano nacional de recuperação dos serviços prestados e realizar uma audiência pública no Congresso Nacional. A Confederação convida todos os sindicatos para participarem desta luta.

## CNTSS discute com Planejamento reivindicações dos servidores da saúde

No dia 6 de junho, na Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), dirigentes da CNTSS estiveram em audiência com os secretários de Relações de Trabalho e de Recursos Humanos do MPOG, respectivamente Sérgio Mendonça e Marcela Tapajós.

A CNTSS fez um resgate das negociações desde 2008 e destacou que os servidores integrantes da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho (CPST) e do Plano Geral do Poder Executivo (PGPE) foram os mais prejudicados nas negociações com o governo. Os dirigentes da Confederação enfatizaram que em 2011 o processo de negociação foi desgastante e culminou com a não assinatura do termo de acordo que discriminava os níveis intermediário, auxiliar e os aposentados.

As negociações avançaram na Mesa Setorial da Saúde com a assinatura, no dia 30 de agosto de 2011, de um termo de acordo contendo as tabelas salariais elaboradas pelo Dieese e depois encaminhadas ao Ministério do Planejamento através de Aviso Ministerial Nº 104/GM, assinado pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Sérgio Mendonça reconheceu a situação dos



*Dirigentes da Confederação destacaram que os integrantes da CPST foram prejudicados nas negociações com o Governo*

servidores do CPST e afirmou que deverá ser elaborada uma nova tabela, tendo como referência a Carreira do Enep. Os representantes da CNTSS argumentaram que não é justo o governo continuar dando um tratamento diferenciado. Na audiência pública realizada no dia 5 de junho, no Congresso Nacional, o relator da MP 568/12, demonstrou disposição de negociar com o governo pelo menos três pendências para a sua aprovação. Elas estão relacionadas com o pagamento da insalubridade, pagamento dos médicos com jornada de 20h e com a tabela de pagamentos dos servidores do Dnocs. Caso não haja acordo, a MP pode não ser aprovada, o que prejudicará outras carreiras que, em parte, estão contempladas nesta MP.

A CNTSS solicitou ao MPOG que disponibilize mais

uma vez a assinatura do termo de acordo para adesão à CPST. Justificou que ainda hoje há um número alto de servidores, especialmente os cedidos aos estados e municípios, que não tiveram acesso à assinatura do termo de acordo. Devido às dificuldades de informações e acesso quanto à necessidade de adesão a partir da assinatura do termo, a proposta da CNTSS é que seja disponibilizado um Termo de Desistência à CPST.

A Geap também foi ponto de discussão. A CNTSS expôs as dificuldades enfrentadas com a rede credenciada, alto custo do pagamento da participação, atraso da Geap no pagamento aos prestadores e o custeio com a nova modalidade de contribuição para o Plano de Saúde. A Confederação ainda destacou a necessidade de reajustar os valores da

contribuição do governo.

Na audiência foram solicitadas informações à SRT quanto ao pagamento dos servidores: revisões de aposentadorias e outras questões relacionadas às demandas financeiras. Na oportunidade foi lembrado que nem mesmo os valores de até R\$ 2 mil, que são protegidos por lei, estão sendo pagos. O secretário informou que será feito levantamento financeiro para os encaminhamentos legais pertinentes.

A CNTSS expôs preocupação quanto ao pagamento do segundo ciclo da GDPST, referente à parcela individual, tendo em vista as exigências legais de homologação por parte dos servidores para proceder ao comando no sistema Siap. Acrescentou que foi prorrogado por duas vezes, mas, ainda assim tem informações que nem todos os casos foram solucionados.

A CNTSS cobrou da SRT informações do Aviso Ministerial Nº 553/11, do Ministério da Saúde, que trata do pagamento da GDPST, parcela individual sem avaliação por parte dos gestores aos servidores cedidos a estados e municípios que não podem ser prejudicados financeiramente se o Ministério da Saúde e os Núcleos não conseguem superar as dificuldades burocráticas.

## Mesa Setorial da Saúde não avança, após aviso ministerial sobre tabela da CPST

A CNTSS/CUT está preocupada com o andamento dos trabalhos da Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Saúde, que pouco avançou após a assinatura do Aviso Ministerial Nº 105/GM. O documento, assinado no dia 1º de março deste ano pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, foi encaminhado à ministra do Planejamento, Miriam Belchior. O aviso ministerial trata sobre a proposta de tabela remuneratória da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho (CPST), que foi fruto de uma intensa discussão na Mesa Setorial da Saúde, da qual a CNTSS faz parte.

As entidades sindicais e o



*Reunião apresentou temas para elaboração de pauta a ser discutida este ano*

governo apresentaram na reunião ordinária do dia 15 de março alguns temas para a construção da pauta a ser discutida durante este ano e um calendário de reuniões. Os assuntos serão debatidos em grupos de trabalho: **Saúde do trabalhador**, que vai tratar sobre insalubridade e exames periódicos, portanto, as ações que dizem respeito à saúde do trabalhador; **Legislação da**

**Gascen; Carreira; Mesa de Negociação**, que definirá sobre implantação de mesas locais e instalação dos fóruns das agências; revisões do regimento e da composição da mesa; **Saúde Indígena; Carência e Processo de redistribuição**.

O que se fez nesses últimos três meses foi apenas a formação desses grupos de trabalho. Um exemplo de que

não houve avanço é que o GT Saúde do Trabalhador teve suas duas reuniões suspensas e até agora não foi agendado novo encontro.

A preocupação da Confederação é que neste primeiro semestre de 2012 pouco se produziu e de que não haja avanço na formulação de propostas visando à valorização dos servidores; democratização das relações de trabalho; melhoria dos serviços prestados e das condições de trabalho. Portanto, espera-se que nos próximos meses haja maior empenho da mesa setorial na agilização de suas ações, de forma a alcançar esses objetivos.

# Grupo de Trabalho reúne-se para estudar proposta de Carreira aos servidores do Seguro Social

Com o objetivo de propor adequações na estruturação e nos critérios de desenvolvimento da Carreira do Seguro Social, por meio de um Grupo de Trabalho (GT), o governo editou, no dia 2 de abril, a Portaria nº 140. O documento, que define a coordenação e representação do Ministério da Saúde, INSS e entidades no GT, prevê também o prazo de 120 dias, contados a partir da primeira reunião, para conclusão das atividades.

## Resgate histórico e Prospecções

O primeiro encontro, que aconteceu no dia 12 de abril, fez um resgate histórico do grupo de trabalho anterior, que aprovou uma série de propostas que auxiliarão no trabalho deste novo GT, incluindo as resoluções 175 e 177 de fevereiro de 2012, que implantou o turno estendido nas APS's. Constituído pela Portaria 238/11, o GT propôs a incorporação da Gratificação de Atividade Executiva (GAE) e 80 pontos da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social (GDASS). O GT também discutiu as distorções criadas nas atribuições de técnicos e analistas e as tabelas salariais e seus impactos financeiros. Tudo isso com a proposta de construir uma Carreira para os servidores do Seguro Social.

## Carreira em Subsídio

Já na segunda reunião, realizada no dia 26 de abril, o advogado Luís Fernando

Silva, fez uma apresentação sobre os prós e contras da carreira em subsídio. Segundo ele, um dos pontos favoráveis é o restabelecimento do princípio da paridade, que tem reflexo nas aposentadorias, enquanto o ponto negativo é a possibilidade de supressão de alguns direitos adquiridos, inclusive judicialmente. Além disso, uma modificação estrutural e remuneratória foi apontada como estritamente necessária, uma vez que a maioria dos servidores está na última referência e já tem direito à aposentadoria, e os novos estão progredindo a cada 18 meses. Porém, sem uma política salarial não há garantia de reposição da inflação na remuneração.

## Gestão por Competências

No dia 9 de maio, foi a vez do terceiro encontro do GT. Na ocasião, a Coordenação de Pessoas do INSS apresentou trabalho desenvolvido pelo setor para promover o alinhamento permanente das competências profissionais com as da instituição. De acordo com os técnicos, o modelo de Gestão por Competências é o ideal a ser adotado para estruturar a Carreira do Seguro Social. A estrutura proposta, conhecida como carreira em Y, trata da possibilidade de desenvolvimento em função técnica e em função de gestão de forma igualitária.

Desta forma, quanto mais o servidor se qualificar, maior será sua remuneração e oportunidade de ascensão. Neste



**GT do Seguro Social destaca necessidade de reestruturação remuneratória**

quesito, a CNTSS ressaltou que o acesso pleno à capacitação, assim como uma separação entre a responsabilidade do servidor em se capacitar e apresentar um bom desempenho e a responsabilidade do INSS em garantir a oferta de capacitação e condições de trabalho condizentes com o desempenho esperado não podem ser esquecidos.

## Propostas

As últimas reuniões, realizadas nos dias 4 e 5 de junho, apresentaram uma proposta de Carreira com base no modelo de Gestão por Competências, com 40 padrões em três classes e interstício de 12 meses, tendo a possibilidade do servidor pular 12 padrões, caso cumpra os requisitos exigidos.

Contudo, a CNTSS lembrou que nos últimos cinco anos, a Escola da Previdência não ofertou nenhuma capacitação nos sistemas operacionais mais utilizados pelo INSS, o que dificulta o aprimoramento dos servidores e o

desenvolvimento da estrutura remuneratória.

A Confederação também manifestou sua posição favorável à mudança do nível de escolaridade para acesso ao cargo de Técnico do Seguro Social, de nível médio para nível superior, sugestão acatada pelos integrantes do GT. Sugestões de enquadramento e boas condições de trabalho também foram tratadas nesse encontro.

## Prazo

Duas propostas estão sendo analisadas pelo GT para contribuir na construção de uma terceira opção. O GT tem até o dia 30 de junho para apresentar ao Ministério do Planejamento uma proposta de Carreira para os servidores do Seguro Social. Para ser votada em agosto, a proposta deverá ser negociada e incluída na peça orçamentária até o final de julho. Para isso, uma nova reunião será agendada, ainda esta semana.